

Cidade de SP prevê vacinar meio milhão de pessoas com segunda dose na próxima semana

A cidade de São Paulo prevê na próxima semana aplicar a dose de reforço da vacina contra a Covid-19 em cerca de 500 mil pessoas que tomaram a primeira dose das fabricantes AstraZeneca ou da Pfizer. Entre elas estão as de 60 anos a 62 anos, que começaram a ser vacinadas no dia 6 de maio, conforme calendário da Prefeitura de São Paulo, gestão Ricardo Nunes (MDB).

Esse grande volume de pessoas é esperado pelo fato de que o intervalo entre a primeira e segunda dose para as vacinas da AstraZeneca e da Pfizer é de 12 semanas, enquanto o da Coronavac é de quatro semanas. O único caso em que a regra não se aplica

é o da Janssen, de dose única.

Para saber quando a pessoa deve comparecer ao ponto de vacinação para tomar a segunda dose, a dica é conferir o papel entregue na primeira ida ao posto de vacinação. Nele constam dados importantes que serão usados para o reforço na imunização, tais como a data prevista para a segunda dose e o fabricante do imunizante.

Nesta quinta-feira (22), Nunes e o secretário municipal de Saúde, Edson Aparecido, anunciaram o início de vacinação de pessoas de 29 anos a partir da próxima terça-feira (27) na capital. As pessoas dessa idade também serão atendidas na quarta-feira (28). Aquelas com 28 anos de idade poderão procurar os

pontos na próxima quinta-feira (29) e sexta-feira (30).

A quantidade de pessoas aptas a tomar a vacina na cidade de São Paulo com 28 anos e 29 anos de idade é de cerca de 300 mil pessoas. Entretanto, 22% do total (66.017) já foram imunizados com a primeira dose por pertencerem a outros grupos já contemplados, tais como profissionais das áreas de saúde, educação, forças de segurança e quem tem comorbidades.

Somado aos 500 mil esperados para a segunda dose, a previsão é de mais de 730 mil pessoas devem comparecer nos postos de saúde na próxima semana. Aparecido comentou que as filas serão inevitáveis.

Alfredo Henrique/Folhapress



Economia



Governo anuncia desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões em verbas de ministérios

Página - 03

Política



Financiamentos de imóveis com recursos da poupança batem novo recorde em junho

Página - 03



Via Varejo quer encerrar 2021 com 120 novas lojas físicas

Página - 08

WIN, a tacada do BTG no futebol

Página - 08



'A hora de errar é agora', diz Guedes ao minimizar perda de R\$ 30 bi com reforma tributária

Página - 04

Bolsonaro diz que enxugamento da Economia é para dar 'certa descompressão' a Guedes

Página - 04

No Mundo

Embaixador dos EUA pede que Brasil apresente plano para cumprir promessas ambientais até novembro



Em seus últimos dias no cargo, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, defendeu nesta quinta-feira (22) que o governo do Brasil apresente nos próximos meses –antes da reunião global sobre clima– um plano detalhado sobre como o país pretende atingir os compromissos ambientais assumidos recentemente pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

“Este é o momento [do Brasil] de não ser o vilão e ser o herói [da agenda ambiental]. Este é o momento”, declarou.

Na cúpula do clima liderada pelo presidente americano, Joe Biden, Bolsonaro prometeu alcançar a neutralidade climática até 2050 e

acabar com o desmatamento ilegal até 2030.

“Esses compromissos são importantes, agora temos que ver como fazer. Eu acho que essa é a nova oportunidade de o governo mostrar o plano de como vai chegar a isso. O governo [brasileiro] mostrar exatamente como vai fazer. Os outros países vão apoiar e ajudar”, disse Chapman, em conversa com jornalistas na residência oficial da embaixada, em Brasília.

No Brasil desde abril de 2020, Chapman anunciou sua aposentadoria em 10 de junho, abrindo espaço para que Biden defina o novo chefe da missão em Brasília. Ele deixa o país no fim de semana.

Chapman afirmou ainda que o melhor seria o Brasil

lançar esse plano ambiental antes da COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), marcada para ocorrer em novembro em Glasgow, na Escócia.

“Apresentar antes! Chegar [na COP-26] com isso anunciado, para todos aplaudirem. Esse é o caminho. E também negociar o artigo 6 [do Acordo de Paris], que vai permitir o mercado internacional de carbono. Quem vai ser o grande beneficiário disso no mundo? Aquele que tem mais crédito de carbono para vender: o Brasil. Então, isso é do interesse nacional. Por isso eu acho que o Brasil tem uma grande oportunidade na área do meio ambiente”.

Ricardo Della Coletta/Folhapress

Manifestantes de Cuba recebem sentenças de prisão



“Pátria e Vida”, uma canção de hip hop anti-governamental de vários dos músicos mais populares de Cuba no exílio e que se tornou viral, se transformou em um hino para os protestos sem precedentes que abalaram o país caribenho neste mês.

Agora, o artista visual que filmou parte do videoclipe em Cuba, Anyelo Troya, foi condenado a 1 ano de prisão sob acusação de instigar tumultos, segundo familiares, após participação em um ato em Havana.

Os ativistas argumentam que é apenas o começo de uma onda de julgamentos sumários das centenas de manifestantes que as autoridades detiveram durante e após os

Na ‘semana da liberdade’, Inglaterra agora sofre com ‘pingdemia’ de Covid-19

A segunda-feira começou com um ponto de exclamação vermelho na tela do celular: “Alto risco de exposição à Covid-19”, seguido de uma orientação de auto-isolamento por uma semana, com dois testes de coronavírus, no começo e no final do período.

No próprio aplicativo, um link permitia emitir um atestado para licença de sete dias no trabalho.

De caso isolado durante os meses de confinamento e bares e festas proibidos, esses avisos dispararam com a volta das atividades em países europeus e já ganharam até nome: “pingdemia” – “ping”, nesse caso, é o som do celular quando chega a notificação do aplicativo.

Esses programas monitoram, de forma anônima, os contatos próximos dos usuários por um período significativo de tempo (geralmente,

quem esteve a menos de 1,5 m por pelo menos 15 minutos). O “ping” é disparado quando um desses contatos é diagnosticado com Covid-19.

Na Inglaterra, que nesta segunda retirou praticamente todas as limitações de circulação, ao mesmo tempo em que a variante delta, mais contagiosa, elevou o número de novos casos.

Com a junção de mais gente contaminada encontrando cada vez mais gente, explodiram as mensagens do aplicativo do NHS (sistema público de saúde), que detecta contatos a menos de 2 metros por 15 minutos.

Na semana que terminou no dia 14 de julho, 619 mil pessoas foram “pingadas”, juntando-se às 500 mil da semana anterior, o que afetou negócios que exigem a presença física dos trabalhadores.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



protestos incomuns de 11 e 12 de julho. O governo culpou contrarrevolucionários apoiados pelos Estados Unidos pela agitação.

“Eles o levaram a julgamento sem defesa, nem advogado, nem nada”, disse sua mãe, Raisa González, à Reuters, após assistir à sentença que descreveu como um julgamento coletivo de cerca de 12 pessoas.

O presidente Miguel Díaz-Canel disse na televisão estatal na semana passada que há pessoas que receberão a resposta que a lei cubana considera e “que será enérgica”, mas afirmou que haveria o devido processo legal.

Mas Raisa González disse que não foi informada a tempo do julgamento de seu

filho e que quando chegou ao tribunal com seu advogado, ele já havia sido condenado. O julgamento foi criticado pela Anistia Internacional e pela Human Rights Watch (HRW) por ter sido realizado sem a devida defesa ou o devido processo.

Troya, de 25 anos, já estava na lista do governo por sua participação na canção, cujo nome subverte o slogan revolucionário “Pátria ou Morte”, contou sua mãe.

Os protestos, que começaram em uma pequena cidade há 10 dias e depois se espalharam, ocorrem durante a pior crise econômica de Cuba em décadas, o que se soma às restrições de liberdades civis.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, Neofeed, IstoéDinheiro.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Governo anuncia desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões em verbas de ministérios



O Ministério da Economia revisou as contas deste ano e anunciou nesta quinta-feira (22) o desbloqueio de R\$ 4,5 bilhões de verbas dos ministérios. Os recursos estavam travados por conta do aperto no Orçamento.

De acordo com a pasta, há ainda um espaço adicional de R\$ 2,8 bilhões que poderão ser usados para ampliar despesas de livre manejo do governo, como é o caso dos investimentos.

Diferentemente do que afirmou o presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira (21), a abertura de espaço nas contas não foi motivada pela melhora na arrecadação de tributos. Na verdade, houve um recuo nas projeções de gastos, o que deixa uma folga no teto -regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

“Como a arrecadação tem aumentando assustadoramente, óbvio né, a arrecadação subiu assustadoramente, nós resolvemos descontingenciar todos os recursos previstos no Orçamento dos ministérios, todos”, afirmou o presidente.

No entanto, a liberação das verbas apenas será possível porque o Ministério da Economia reduziu as estimativas de gastos como do programa Bolsa Família, com menos R\$ 9,5 bilhões, folha salarial de servidores, em uma redução de R\$ 3 bilhões, e despesas com o Fies (financiamento estudantil), com um recuo de R\$ 1,8 bilhão.

Também foram revistas as contas de incentivos tributários (menos R\$ 905 milhões), benefícios previdenciários do INSS (menos R\$ 891 milhões) e subsídios aos

fundos constitucionais (menos R\$ 546 milhões).

Parte do alívio nas contas é explicada pelos gastos emergenciais do governo para o enfrentamento da pandemia, que são liberados sem impactar as regras fiscais. Até o momento, foram R\$ 124,9 bilhões autorizados em despesas desse tipo.

Com a liberação do auxílio emergencial, por exemplo, o Executivo deixa de fazer boa parte do gasto que estava previsto para o Bolsa Família neste ano.

Em abril, ao sancionar o Orçamento deste ano, o presidente Jair Bolsonaro bloqueou R\$ 9,3 bilhões dos ministérios. O objetivo era evitar um rompimento do teto de gastos.

Esse bloqueio poderia ser revertido ao longo do ano caso o governo encontrasse margem no teto. Bernardo Caram/Folhapress

Ministério Público de SP questiona contratos do Sem Parar com clientes

O Ministério Público de São Paulo, que vem questionando trechos dos contratos de adesão do Sem Parar com seus clientes, conseguiu manter uma liminar contra cláusulas que o órgão considera abusivas.

Para o MPSP, a cláusula dá à empresa o poder de abrir contas e assinar contratos de financiamento no nome dos consumidores, atuando como procuradora deles.

O órgão diz também que a defesa da Sem Parar alega que sua atividade envolve outorga de um crédito ao cliente, como nas administradoras de cartão de crédito.

Pela argumentação do promotor Danilo Pugliesi na ação civil pública, as condi-

ções gerais dos contratos têm cláusulas que podem onerar o cliente por meio de contratos de financiamento que ele próprio não tenha buscado.

Procurada pela reportagem, a Sem Parar não revela o impacto do modelo em suas contas.

A empresa diz que age conforme a lei, a ética e a transparência, e que suas ações são informadas aos clientes e estão de acordo com as melhores práticas do mercado de meio pagamentos regulado pelo Banco Central. “A empresa esclarece ainda que o processo encontra-se em andamento na 1ª instância e ainda não houve decisão definitiva”, diz a Sem Parar em nota.

Joana Cunha/Folhapress



Financiamentos de imóveis com recursos da poupança batem novo recorde em junho



Os financiamentos imobiliários com recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) mais do que dobraram no primeiro semestre deste ano. Na comparação com o período de janeiro a junho de 2020, os R\$ 97,05 bilhões concedidos em 2021 representam alta de 123,9%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (22) pela Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

O volume de recursos emprestados em junho, de R\$ 19,66 bilhões, é um novo recorde nominal mensal registrado na série histórica iniciada em 1994. Em relação ao que foi financiado em junho do ano

passado, a alta é de 112,1%.

O valor responde por um aumento de 47,4% em relação ao registrado em fevereiro e uma alta de 172,7% comparado a igual mês do ano passado.

Segundo Cristiane Portella, presidente da associação, a expectativa é que as concessões com recursos do SBPE somem R\$ 195 bilhões até o final deste ano —um aumento de 57% em relação ao observado em 2020.

“Acreditamos que essa previsão tem a ver com os níveis de geração de emprego formal e com a melhora da conjuntura”, afirmou a executiva.

No total, os financiamentos imobiliários devem somar R\$ 251 bilhões até o final deste ano —valor 42% maior do que o registrado em 2020.

Esse dinheiro financiou 417,95 mil unidades —mais do que o dobro (160%) do registrado no primeiro semestre de 2020. Só em junho, foram financiados 86,2 mil imóveis nas modalidades de aquisição e construção, resultado 17,8% superior ao de maio.

Quando consideradas apenas as concessões para aquisição, a Abecip registrou um aumento de 133% no volume de recursos liberados nos primeiros seis meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Foram R\$ 79,7 bilhões voltados para a modalidade —e 82% do total concedido.

Os financiamentos voltados para a construção de imóveis somaram R\$ 17,4 bilhões no primeiro semestre, um aumento de 89%. Isabela Bolzani/Folhapress

Política

‘A hora de errar é agora’, diz Guedes ao minimizar perda de R\$ 30 bi com reforma tributária



O ministro Paulo Guedes (Economia) voltou a minimizar a perda anual de R\$ 30 bilhões para os cofres públicos decorrente da proposta que altera o Imposto de Renda formulada por ele e pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Para o titular da equipe econômica, “a hora de errar é agora”.

“Nós vamos para o risco, preferimos errar para o outro lado [corte de receitas]. Se tiver que errar, a hora de errar é agora”, afirmou durante debate sobre a reforma tributária realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O ministro defende que o crescimento da arrecadação observado em 2021 autoriza

ele a “arriscar” perda de recursos com as mudanças, que serão observadas de forma permanente a partir de 2022. “[A arrecadação está vindo] R\$ 200 bilhões acima [de 2020]. Será que eu não posso arriscar R\$ 30 bilhões?”, disse.

Analistas vêm criticando a ideia porque ela usa um fator de caráter não-recorrente (melhora nas receitas neste ano) para embasar uma perda com efeitos permanentes.

Guedes conhece as críticas. Mas afirma que a arrecadação não vai voltar a cair nos próximos anos mesmo que o PIB [Produto Interno Bruto] do país não cresça. Desta vez, no entanto, ele adicionou um adendo às declarações: “mas também não caia”.

“Ah não, mas isso é temporário e ano que vem...” Não, quem conhece a economia

sabe a arrecadação depende do nível. Se eu crescer zero nos próximos três anos, mas também não caia, o nível de arrecadação é esse. Tem R\$ 200 bilhões a mais lá”, disse.

No primeiro semestre, a arrecadação federal ficou R\$ 176 bilhões, ou 24%, acima de igual período do ano passado (já descontada a inflação). Os R\$ 897 bilhões obtidos foram o melhor resultado em 22 anos.

Mas, conforme mostrou o jornal Folha de S.Paulo, economistas apontam que a melhora vista em 2021 está ligada a fatores não assegurados para os anos futuros, como a própria melhora na economia, o preço das commodities e até o padrão de consumo na pandemia -mais voltado a bens.

Fábio Pupo/Folhapress

Bolsonaro diz que enxugamento da Economia é para dar ‘certa descompressão’ a Guedes

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta-feira (22) que a decisão de enxugar o Ministério da Economia recriando o Ministério do Trabalho e da Previdência tem como objetivo dar “certa descompressão” ao ministro Paulo Guedes.

O ministro da Economia, por sua vez, reconheceu que o desmembramento de sua pasta teve motivação política, mas afirmou que o rumo econômico do país segue sem alterações.

O novo ministério será comandado por Onyx Lorenzoni, que na dança das cadeiras anunciada por Bolsonaro na quarta-feira (21) deixará a Secretaria-Geral da Presidência, que passará a abrigar o general Luiz Eduardo Ramos, removido da Casa Civil, que receberá o senador Ciro Nogueira (PP-PI), um dos líderes do centrão.

“O Paulo Guedes tem um

ministério enorme, ele agrediu cinco ministérios no passado, quando assumiu. Um esforço enorme para manter aquele ministério funcionando. Ele mesmo concordou com a tirada dessa parte que é o antigo Ministério do Trabalho e da Previdência para passar a esse novo ministério”, disse Bolsonaro em entrevista à rádio Banda B, de Curitiba (PR).

“Dá uma certa descompressão no Paulo Guedes e deixa o Onyx Lorenzoni tratar dessa questão importantíssima que precisamos, sim, além de recuperar empregos, é buscar mais alternativas para atender os desassistidos”, disse Bolsonaro.

Guedes, Ramos e Bolsonaro encontram-se em um evento no Ministério da Defesa nesta quinta. Após o evento, o ministro da Economia conversou com os jornalistas por quase meia hora.

Daniel Carvalho/Folhapress



País quer mais transparência nas eleições, e debate do voto impresso é legítimo, diz general Braga Netto



Ministro da Defesa, o general Walter Braga Netto fez coro ao presidente Jair Bolsonaro e disse em nota nesta quinta-feira (22) que existe no país uma demanda por legitimidade e transparência nas eleições.

Segundo ele, mais uma vez levantando uma bandeira bolsonarista, a discussão sobre o “voto eletrônico auditável por meio de comprovante impresso é legítima”.

“Acredito que todo cidadão deseja a maior transparência e legitimidade no processo de escolha de seus representantes no Executivo e no Legislativo em todas as instâncias”, afirmou o militar.

“A discussão sobre o voto eletrônico auditável por meio

de comprovante impresso é legítima, defendida pelo governo federal, e está sendo analisada pelo Parlamento brasileiro, a quem compete decidir sobre o tema”, afirmou, em um recado indireto a ministros do STF.

Ministros do Supremo articularam com 11 partidos um movimento contra a mudança na urna eletrônica e botaram em xeque a maioria que Bolsonaro tinha em relação ao tema na Câmara.

Bandeira do bolsonarismo, o voto impresso quase foi derrotado em reunião na sexta-feira (16) em uma comissão especial da Câmara, mas uma manobra de governistas adiou a votação para 5 de agosto, depois do recesso parlamentar,

que vai de 18 a 31 de julho.

O tema tem sido usado insistentemente por Bolsonaro para fazer ameaças golpistas contra as eleições de 2022. Ele já afirmou, várias vezes, que, se a mudança não ocorrer, não haverá eleições. Uma reação de 11 partidos, porém, virou o jogo e, até a última sexta, garantia uma maioria para rejeitar a proposta.

Mesmo que avance na comissão especial, para aprovar uma PEC são necessários ao menos 308 votos na Câmara (de um total de 513 deputados) e 49 no Senado (de um total de 81 senadores), em votação em dois turnos. Para valer para as eleições de 2022, a proposta teria que ser promulgada até o início de outubro.

Daniel Carvalho/Folhapress

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. | CNPJ/MF nº 07.492.836/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, Desde o início de 2020, a pandemia do COVID-19 impactou adversamente as atividades econômicas globais. Enquanto gestora de recursos de terceiros e administradora fiduciária de fundos de investimento em participações ("FIPs"), cujos investimentos são realizados em companhias não listadas em bolsa de valores ou mercado de balcão, sendo ativos de alto grau de risco e baixa liquidez, a Confrapar foi significativamente afetada pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. O **CENÁRIO BRASILEIRO** - O PIB brasileiro, que cresceu 1,4% em 2019, caiu 4,1% no fechamento de 2020, impactado pelo surto de coronavírus. Algumas ações tomadas pelo governo a partir do segundo semestre de 2020, a exemplo das respectivas fiscais, o auxílio emergencial e a gradual reabertura da atividade econômica a partir do junho levaram à recuperação do PIB. Com o crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre de 2021, se comparado ao mesmo período de 2020, e com o Boletim Focus do Banco Central estimando o crescimento de 4,36% do PIB para 2021, espera-se que a recuperação ganhe fôlego com a ampliação da vacinação no país. Além disso, o crescimento do crédito privado, nesse ambiente de juros baixos, deve contribuir para a expansão da economia brasileira. **2. CENÁRIO CONFRAPAR** - 2.1 **Esforços internos:** Diante do cenário de pandemia, é importante ressaltar que fomos capazes de adequar a estrutura de custos de longo prazo, permitindo que todos pudessem adotar o home office para preservar a saúde de todos e de suas famílias, sem quaisquer interrupções nas nossas atividades perante os FIPs sob a nossa gestão e administração. De pronto, também adotamos diversas medidas voltadas à proteção do caixa, tais como: renegociação de aluguéis e outras despesas recorrentes de nossos escritórios, renegociação de linhas de crédito para redução do custo

da dívida, pausa em contratações programadas, desligamento de membros da equipe, implementação de cortes de salários do time, conselheiros e *advisors*, entre outros. Outra decisão tomada junto ao Conselho de Administração foi a de adiar os esforços de captação (adiando o lançamento do novo FIP, o Fundo IV). Já no final do primeiro trimestre de 2020, identificamos dificuldades na captação de recursos dada a insegurança gerada pela pandemia. Em maio, constatamos que esta situação atingiu todo o setor de ativos alternativos no ano de 2020. De acordo com estudo de mercado publicado pelo Preqin, uma das maiores plataformas de dados para o mercado de private equity e venture capital do mundo, o mercado de PEVC passou por uma grande contração de investimentos, tendo o primeiro trimestre de 2020 sido o pior em termos de volume de investimento desde o primeiro trimestre de 2018 e só não foi pior que o primeiro trimestre de 2013 em termos de fundos de investimento lançados. Este cenário, que perdurou até o final do ano de 2020, atraiu muito os esforços de levantamentos o Fundo IV da Confrapar, que só foram de fato retomados no final do primeiro trimestre de 2021. Isso impactou nas projeções de receitas para 2020 e 2021 e, para preservar o caixa, continuamos até este momento trabalhando na manutenção de despesas reduções, com cortes de salários do time, conselheiros e *advisors*. **2.2 Dedicação ao portfólio:** Em paralelo aos esforços internos, dedicamos-nos totalmente às atividades do nosso portfólio, para compreender os impactos sofridos e auxiliar na criação de planos para mitigação de riscos. Enfrentamos o desafio em conjunto com elas, compreendendo que cada uma estava em uma situação diferente e uma solução única não serviria para todas. É importante lembrar que, embora todas as investidas tenham sido afetadas de alguma

forma, quer seja pela redução de demanda, pela redução do crédito, por atrasos na cadeia de produção ou pelo momento do mercado, que dificultou a captação de novos rodadas de investimento, algumas delas foram mais duramente prejudicadas, justamente em virtude do setor em que atuam: a **ChiefsClub**, com o profundo impacto no setor de restaurantes diante do fechamento da maior parte dos estabelecimentos; a **Nutrebem**, com a interrupção das aulas presenciais nas escolas; a **Ingresso**, com o banimento temporário de eventos. Por outro lado, algumas destas investidas experimentaram uma maior demanda, se adequando às novas necessidades do mercado: a **Flapper** rapidamente implementou ajustes que permitiram que ela passasse a fazer transporte fretado não apenas de pessoas como o transporte de cargas e aeromédicos; a **Oktagon**, que viu um rápido crescimento na sua base de usuários de seus jogos mobile e fechou novos contratos de serviço de LiveOps. **2.3 Impactos:** Não obstante toda a dedicação da gestora e das investidas para enfrentar as consequências da pandemia, ao final do primeiro semestre de 2020 o portfólio sofreu uma desvalorização de 7%. Esta desvalorização ocorreu tendo em vista neste período uma queda de 16% no total das receitas das empresas do portfólio, bem como uma queda na média ponderada dos KPIs de 5,2%. Como esperado, a pandemia também afetou negativamente os esforços de venda das investidas, uma vez que diversas negociações que estavam em curso foram suspensas ou encerradas pelos potenciais investidores/compradores. Nesse sentido, uma das medidas que tivemos que ser tomadas foi de propor estender o prazo de duração dos Fundos I e II, o que foi compreendido pela maior parte dos cotistas desses fundos. Essa extensão foi entendida como necessária, uma vez que a pandemia trouxe muita incerteza

para o mercado e abalou mais fortemente as pequenas e médias empresas. **2.4 Resultado dos esforços:** Contudo, apesar de todos os desafios, entendemos que o saldo de 2020 foi positivo para a Confrapar e para as nossas investidas. Encerramos o exercício com duas saídas bem-sucedidas, para dois importantes players (a **Muxi** foi vendida para uma subsidiária da Visa e a **Vindi** foi vendida para a **Locoweb**); e - No final do ano, o portfólio teve um crescimento de 48% das receitas totais e um crescimento combinado de 57% de EBITDA, se comparados a 2019, o que resultou em uma valorização anual total de 19%, quando comparada ao valuation do ano anterior. **3. RECOMENDAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:** Não obstante termos tido resultados positivos nos últimos anos (2018, 2019 e 2020), a Confrapar ainda possui aproximadamente BRL 5,6M de prejuízos acumulados. Desta forma, e em observância à regra prevista no Artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (a "Lei das Sociedades Por Ações"), a recomendação da administração é de destinar o resultado positivo do exercício para compensação dos prejuízos acumulados. Entendemos a importância da geração de resultados financeiros aos nossos acionistas. Também é importante esclarecer, neste contexto, que o negócio da Confrapar ainda está em crescimento, e que a necessidade de reinvestimento em fundos sob a nossa gestão é uma realidade do nosso mercado que não podemos ignorar. **4. AGRADECIMENTOS:** Agradecemos aos nossos colaboradores que, diante do cenário de crise, atenderam ao chamado e se comprometeram a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos. Agradecemos aos nossos cotistas e acionistas pela compreensão, interesse e confiança que nos motivam a fazer sempre melhor.

	BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo/Circulante	1.559.452	1.199.164	2.620.067	1.706.396
Caixa e equivalentes de caixa	5 1.082.076	254.446	296.900	296.900
Contas a receber	6 185.297	172.205	319.706	399.366
Impostos a recuperar	7 244.295	240.762	450.982	398.284
Adiantamento a terceiros	8 6.000	6.000	9.191	11.587
Partes relacionadas	8 -	187.421	868	187.421
Outros ativos	9 41.784	338.330	56.731	412.838
Não circulante	13.611.162	14.084.234	13.537.643	14.203.272
Partes relacionadas	8 46.333	118.911	47.018	118.911
Títulos e valores mobiliários	10 12.661.449	12.703.291	13.356.254	13.467.838
Outros ativos	9 -	258.963	-	479.364
Investimentos	11 813.323	893.434	22.503	16.665
Imobilizado	12 89.457	109.376	111.868	120.235
Intangível	-	259	-	259
Total do ativo	15.170.614	15.283.398	16.157.710	15.909.668
Passivo/Circulante	2.267.765	2.645.889	3.933.269	3.582.640
Fornecedores	17 67.630	88.962	51.048	129.201
Empréstimos	13 706.327	932.574	872.993	1.145.396
Obrigações sociais e trabalhistas	14 387.958	452.827	451.367	522.054
Obrigações fiscais e tributárias	15 1.131.722	1.169.340	1.939.105	1.584.053
Provisão para perdas com investimento	4.128	1.149	-	-
Otras obrigações	-	1.037	618.756	201.396
Não circulante	3.541.572	4.522.810	2.736.689	4.050.287
Empréstimos	13 943.605	874.881	943.605	999.881
Obrigações fiscais e tributárias	15 1.026.870	916.932	1.713.084	1.700.406
Partes relacionadas	8b) 1.506.097	1.380.997	15.000	15.000
Outros passivos não circulantes	16 65.000	1.350.000	65.000	1.350.000
Patrimônio líquido	9.361.277	8.114.699	9.487.752	8.276.741
Capital social subscrito	17a) 13.647.001	12.346.663	13.647.001	12.346.663
(-) Capital a integralizar	17b) (589.708)	(488.708)	(589.708)	(488.708)
AFAC	-	80.000	-	80.000
Ações em tesouraria	(162.010)	(162.010)	(162.010)	(162.010)
Stock Options	17b) 1.636.487	1.636.487	1.636.487	1.636.487
Prejuízos acumulados	(5.170.493)	(5.638.299)	(5.170.493)	(5.638.299)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	9.361.277	8.114.699	9.361.277	8.114.699
Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	-	126.475	162.042	162.042
Total do passivo e patrimônio líquido	15.170.614	15.283.398	16.157.710	15.909.668

NOTAS EXPLICATIVAS: 1. Contexto operacional: A Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16/05/2005, tendo como natureza e atividade econômica a administração e gestão de fundos de investimentos regulados pela CVM. A atividade das atividades de administração e gestão de fundos de investimentos é de longa maturação. A Companhia faz de gestão de recursos de terceiros (*family offices, corporate ventures, fund of funds*, bancos, agências de fomento e investidores profissionais), além de seu próprio, em fundos que tem duração entre oito a doze anos com o objetivo de investir em empresas de grande potencial de crescimento do setor de tecnologia. Para a consecução dos objetivos foram desenvolvidos e são aplicados: i) metodologia de avaliação para selecionar as empresas alvo com maior potencial de crescimento de seus ativos; ii) políticas de governança e compliance de forma a garantir os interesses dos investidores e altos padrões de qualidade de gestão nas empresas alvo e iii) metodologia de acompanhamento ativo das empresas alvo, visando atuar no processo de crescimento destas. Dentro do portfólio busca-se a performance das empresas investidas. Com a maturação e venda desses ativos, busca-se o retorno para o capital investido nos fundos, finalizando o ciclo de negócio das Companhias com o potencial recebimento da taxa de performance nos fundos gerados. A expectativa da Companhia é que a reversão dos prejuízos acumulados no montante de R\$5.170.493 ocorra nos próximos exercícios. **2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras:** a) Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes coligadas e controladas, cuja participação percentual na data base do balanço é assim resumida:

Controladas	% de Participação	
	2020	2019
SPE Nascenti	99,42%	99,42%
SPE Confrapar	97,99%	97,99%
SCP Via 6	30,45%	30,45%
Via 6	10,45%	3,77%

As informações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados; iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente; iv) os investimentos são representados por participação em empresas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência do percentual de participação da controladora nas controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. v) A Companhia determina anualmente se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando ocorrerem determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Aprovação das Demonstrações Financeiras: Estas Demonstrações contábeis de 31/12/2020 foram aprovadas pela Administração em 08/07/2021. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com o pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (antiga Medida Provisória nº 449/08). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa nº 2 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. e das empresas em que a controladora possui investimentos diretos, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais das respectivas sociedades pelo método de equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora/controladas nos patrimônios líquidos das Companhias em que a controladora possui relevante poder de decisão, bem como os saldos de ativos e passivos. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. A Companhia não teve resultados abrangentes a serem apresentados nas Demonstrações financeiras de 2020 e 2019. **4. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado:** As receitas auferidas no exercício são reconhecidas por regime de competência, estando a atual prática em consonância com o que determina as práticas contábeis adotadas no Brasil. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições foram satisfeitas: • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado; • A proporcão dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurado; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; • As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade. b) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: A Companhia avalia o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de contas a receber de clientes, receita de venda e créditos diversos, e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, e dos valores a pagar às companhias, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes. c) Caixa e equivalente de caixa: São representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo denominadas equivalentes de caixa, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. d) Contas a receber: São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando contradas, e ajustados a valor presente, quando necessário, conforme legislação aplicável. e) Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido o valor da depreciação e qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. f) Demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo: Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realizable, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e eventuais impostos. São reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas de juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetivo ao longo do prazo do empréstimo, de tal forma que a data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos como despesas financeiras. h) Provisões: São provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	2.457.778	3.801.631	6.690.718	6.226.348
Custo dos serviços prestados	19 (1.601.732)	(1.671.711)	(2.228.314)	(2.257.070)
Lucro bruto	856.046	2.129.920	4.462.404	3.969.278
Receitas e (despesas) operacionais	20	(979.011)	(1.790.599)	(1.491.064)
Gerais administrativas	20 (145.164)	(85.409)	(182.556)	(116.777)
Tributárias	21 (88.897)	(291.397)	-	-
Resultado líquido dos investimentos	22 1.386.302	2.767.788	1.459.262	2.830.908
Outras receitas e (despesas) operacionais	23 436.773	(19.507)	436.388	(19.134)
Lucro antes do resultado financeiro	610.003	580.876	2.22.030	463.859
Resultado financeiro líquido	24 1.468.049	2.710.796	4.684.434	4.433.137
Lucro antes dos impostos	25 467.806	2.288.074	3.170.708	3.871.223
Imposto de renda	25 -	-	(254.392)	(96.352)
Lucro líquido do exercício	25 467.806	2.288.074	2.820.402	3.730.784
Atribuído a: Acionistas da companhia	-	-	467.806	2.288.074
Participação de não controladores	-	-	2.352.596	1.442.710
Lucro líquido do exercício diluído por ação	4,50	6,36	627,366	586,609

confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. i) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores contábeis ou originais, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. ii) IRPJ e CSLL: O IRPJ registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente. 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240.000 anuais. A CSLL registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do IRPJ, por meio da aplicação da alíquota de 9%. iii) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a essas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais contas que requerem estimativas são: valor justo de instrumentos financeiros, provisão para perdas de investimentos, entre outros. iv) Continuidade operacional: A Administração revisou a premissa da utilização da continuidade operacional da Companhia e concluiu que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. **5. Representação das Demonstrações Financeiras consolidadas de 2019:** A Demonstração do resultado consolidada de 2019 está sendo representada para corrigir um erro apresentado na rubrica Resultado líquido de investimentos de R\$1,4 milhão, que deveria ter sido eliminado na consolidação dos saldos da controladora e das investidas, por se tratar de transações entre as empresas. A conciliação dos saldos apresentados em 2019 e representados para fins de comparabilidade nestas Demonstrações financeiras consolidadas é a seguinte:

	2019		
	2019	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	6.226.348	-	6.226.348
Custo dos serviços prestados	(2.257.070)	-	(2.257.070)
Lucro bruto	3.969.278	-	3.969.278
Receitas e (despesas) operacionais	20	(2.231.138)	(2.231.138)
Gerais e administrativas	(116.777)	-	(116.777)
Tributárias	(1.114.361)	-	(1.114.361)
Resultado líquido dos investimentos	1.422.104	-	1.422.104
Resultado líquido dos TVM	2.830.908	-	2.830.908
Outras receitas/(despesas) operacionais	(19.134)	-	(19.134)
Resultado financeiro líquido	(561.914)	-	(561.914)
IRPJ	(96.352)	-	(96.352)
CSLL	(44.087)	-	(44.087)
Lucro líquido do exercício	2.308.680	1.422.104	3.730.784
Atribuído a: Acionistas da companhia	2.288.074	-	2.288.074
Participação de não controladores	20.606	1.422.104	1.442.710
Lucro líquido do exercício	2.308.680	1.422.104	3.730.784

• Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado

	2019	Ajuste	Reapresentado
Capital social subscrito	12.346.663	-	12.346.663
(-) Capital a integralizar	(488.708)	-	(488.708)
AFAC	80.000	-	80.000
Ações em tesouraria	(162.010)	-	(162.010)
Stock Options	1.636.487	-	1.636.487
Prejuízos acumulados	(5.638.299)	-	(5.638.299)
Subtotal - Patrimônio líquido	8.114.699	-	8.114.699
Participações dos não controladores	-	-	-
Lucro de não controladores	20.606	1.422.104	1.442.710
Distribuição de dividendos	-	(1.422.104)	(1.422.104)
Ajustes reflexos em controladas	(63.301)	-	(63.301)
Subtotal - Participação de não controladores	(42.695)	-	(42.695)
Patrimônio líquido	8.072.004	-	8.072.004

• Demonstração dos fluxos de caixa consolidada

	2019	Ajuste	2019 - Reapresentado
Lucro líquido do exercício	2.308.680	1.422.104	3.730.784
Redução nos ativos	(593.377)	-	(593.377)
Aumento nos passivos	1.685.474	-	1.685.474
Fluxo de caixa atividades operacionais	3.422.587	1.422.104	4.854.691
Fluxo de caixa atividades investimento	(6.017.719)	-	(6.017.719)
Fluxo de caixa atividades financiamento	1.021.052	-	1.021.052
Redução de caixa e equivalentes caixa	(141.976)	-	(141.976)

5. Caixa e equivalentes de caixa: Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Em 31 de dezembro, o saldo está assim demonstrado:

	Controladora	2019	Consolidado	2019
Bancos conta movimento	279.476	13.337	723.132	32.595
Equivalentes de caixa	802.600	241.109	1.058.457	264.285
	1.082.076	254.446	1.782.589	296.900

Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e

continuação | **Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.** | CNPJ/MF nº 07.492.836/0001-08

Grupo Confrapar em cada exercício foi o seguinte:

Grupo Confrapar	SPE		Investimento	Investimento	Total
	Nascente	Confrapar			
Saldo de 31/12/2018	674.686	538.797	(274)	(35.541)	1.177.668
Resultado de equivalência patrimonial	49.469	1.046.114	-	35.116	1.130.699
Perdas com os investimentos	(266)	(1.251)	(39)	(411)	(1.967)
Dividendos a receber	-	(1.420.129)	-	-	(1.420.129)
Saldo de 31/12/2019	723.889	163.531	(313)	(836)	886.271
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.332.615	-	1.374	2.333.989
Perdas com os investimentos	(85.340)	(593.701)	(4.353)	-	(683.394)
Transferência da VIA 6 para a SCP VIA 6 I	-	-	538	(538)	-
Dividendos a receber	-	(1.739.492)	-	-	(1.739.492)
Saldo de 31/12/2020	638.549	162.953	(4.128)	-	797.374

12. Imobilizado: O imobilizado da Companhia é destinado ao uso administrativo e mensurado pelo custo de aquisição e estão apresentados a valores recuperáveis. Este ativo é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia. A movimentação do imobilizado para os saldos na Controladora e no Consolidado em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	2018		2019		2020
	Adições	Adições	Adições	Adições	
Custo					
Móveis e utensílios	91.736	3.744	95.480	-	95.480
Equipamentos de informática	84.598	5.747	90.345	7.099	97.444
Benefícios em imóveis de terceiros	4.387	-	4.387	-	4.387
	180.721	9.491	190.212	7.099	197.311
Depreciação					
Móveis e utensílios	(17.993)	(9.244)	(27.237)	(9.574)	(36.811)
Equipamentos de informática	(36.999)	(16.169)	(53.168)	(17.268)	(70.436)
Benefícios em imóveis de terceiros	(256)	(175)	(431)	(176)	(607)
	(55.248)	(25.588)	(80.836)	(27.018)	(107.584)
	125.473	109.376	109.376	-	89.457

Consolidado	2018		2019		2020
	Adições	Adições	Adições	Adições	
Custo					
Móveis e utensílios	123.095	3.744	126.839	-	126.839
Equipamentos de informática	161.188	8.036	169.224	24.239	193.178
Benefícios em imóveis de terceiros	4.387	-	4.387	-	4.387
	288.670	11.780	300.450	24.239	324.404
Depreciação					
Móveis e utensílios	(44.652)	(11.657)	(56.309)	(11.262)	(67.571)
Equipamentos de informática	(103.918)	(19.557)	(123.475)	(20.883)	(144.358)
Benefícios em imóveis de terceiros	(256)	(175)	(431)	(176)	(607)
	(148.826)	(31.389)	(180.215)	(32.321)	(212.536)
	139.844	120.235	120.235	-	111.868

13. Empréstimos: Os saldos de empréstimos obtidos pela Companhia são apresentados no quadro abaixo:

Controladora	2020		2019		
	2020	2019	2020	2019	
Banco Sicoob	a)	500.912	320.824	667.578	612.490
Banco Bradesco	b)	468.076	674.754	468.076	674.754
Capital de Giro Nexos	c)	269.107	-	269.107	-
Capital de Giro Urend	d)	252.802	-	252.802	-
Capital de Giro Money Money	e)	148.671	-	148.671	-
Capital de Giro PESE	f)	10.364	-	10.364	-
Social	g)	-	811.877	-	811.877
Banco Santander	h)	-	-	-	46.156
		1.649.932	1.807.455	1.816.598	2.145.277
Segregado em: Circulante		706.327	932.574	872.993	1.145.936
Não circulante		943.605	874.881	943.605	999.881
		1.649.932	1.807.455	1.816.598	2.145.277

Todos os financiamentos foram obtidos pela Confrapar para suportar o capital de giro e/ou com o objetivo de quitação de linhas anteriormente contratadas com as mesmas finalidades, às quais tinham custo efetivo total maior, resultando numa redução do custo da dívida, com exceção da letra f), Capital de Giro PESE. A linha de Capital de Giro PESE foi obtida nos termos da Medida Provisória nº 944/2020, que criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Por meio deste programa, foram abertas linhas de crédito especiais com o objetivo exclusivo de financiar até dois meses da folha salarial das empresas em geral (exceto sociedades de crédito) e as cooperativas. Todos contam com aval dos diretores e cônjuges, conforme aplicável. Os saldos da controladora estão apresentados da seguinte forma:

Controladora	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Banco Sicoob (1)	a)	224.841	-	275.000
Banco Sicoob (2)	a)	276.071	-	-
Banco Sicoob (3)	a)	-	-	674.754
Banco Bradesco (1)	b)	-	-	-
Banco Bradesco (2)	b)	468.076	-	-
Capital de Giro Nexos	c)	269.107	-	-
Capital de Giro Urend (1)	d)	136.870	-	-
Capital de Giro Urend (2)	d)	115.932	-	-
Capital de Giro Money Money	e)	148.671	-	-
Capital de Giro PESE	f)	10.364	-	-
Social (1)	g)	-	319.184	-
Social (2)	g)	-	492.693	-
		1.649.932	1.807.455	-
Segregado em: Circulante		706.327	932.574	-
Não circulante		943.605	874.881	-
		1.649.932	1.807.455	-

i. Banco Sicoob: (1) Em 24/11/2017 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$150.000,00 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. A última parcela foi paga em 24/12/2020 e, desta forma, em 2020 não havia mais saldo a pagar relacionado a este empréstimo. (2) Em 09/08/2019 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$300.000,00 para ser quitado em 48 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Em virtude da pandemia de COVID-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 2, 9 e 10 deste empréstimo, postergando o seu pagamento em 3 meses. Até 2020 foram quitadas 13 parcelas, restando 35 parcelas a vencer mensalmente até 09/11/2023. (3) Em 15/06/2020 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$300.000,00 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 2020 foram quitadas 3 parcelas, restando 33 parcelas a vencer mensalmente até 15/06/2023. ii. Banco Bradesco: (1) Em 11/07/2019 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$561.613,00 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 1,89% a.m. Em virtude da pandemia de COVID-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 9, 10, 11 e 12 deste empréstimo, postergando o seu pagamento em 4 meses. Em 11/07/2020, a Companhia adiantou o pagamento de 14 parcelas (a vencer em 11/08/2020 e mesmo dia dos meses subsequentes) e em 11/12/2020 a Companhia adiantou o pagamento das parcelas remanescentes. Desta forma, em 2020 não havia mais saldo a pagar relacionado a este empréstimo. (2) Em 09/12/2020 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$464.368,00 para ser quitado em 45 parcelas e juros mensais de 1,44% a.m. a partir de 2021. iii. Capital de Giro Nexos: Em 24/08/2020 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Nexos Sociedade de Emprestimo entre Pessoas S.A. no valor de R\$300.000,00 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,60% a.m. Até 2020 foram quitadas 4 parcelas, restando 20 parcelas a vencer mensalmente até 24/08/2022. iv. Capital de Giro Urend: (1) Em 26/08/2020 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Urend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$160.056,00 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,65% a.m. Até 2020 foram quitadas 4 parcelas, restando 20 parcelas a vencer mensalmente até 26/08/2022. (2) Em 25/11/2020 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Urend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$120.000,00 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,60% a.m. Até 2020 foi quitada 1 parcela, restando 23 parcelas a vencer mensalmente até 25/11/2022. v. Capital de Giro Money Money: Em 28/10/2020 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Money Plus Sociedade de Crédito Ltda. no valor de R\$330.000,00 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,40% a.m. Até 2020 foram quitadas 2 parcelas, restando 22 parcelas a vencer mensalmente até 28/10/2022. vi. Capital de Giro PESE: Em 05/06/2020 a Companhia adquiriu empréstimo perante o Banco Sicoob, mediante repasse realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pelo credor, no valor de R\$10.364,00 para ser quitado em 30 parcelas, com 6 meses de carência para início de amortização, e juros mensais de 0,30% a.m. Até 2020 foi quitada 1 parcela, restando 29 parcelas a vencer mensalmente até 05/06/2022. vii. Social: (1) Em 17/04/2019 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Social S.A. - Cédito, Financiamento e Investimento no valor de R\$410.000,00 para ser quitado em 24 parcelas, com juros mensais de 1,77% a.m. Em 16/03/2020, em virtude da pandemia de COVID-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 13 e 14 deste empréstimo, postergando o seu pagamento em 3 meses. Em 31/08/2020, a Companhia adiantou o pagamento de 4 parcelas (a vencer em 17/09/2021 e mesmo dia dos meses subsequentes) e, em 26/11/2020 a Companhia adiantou o pagamento das parcelas remanescentes. Desta forma, em 2020 não havia mais saldo a pagar relacionado a este empréstimo. (2) Em 22/07/2019 a Companhia adquiriu empréstimo perante a Social S.A. - Cédito, Financiamento e Investimento no valor de R\$521.846,00 para ser quitado em 24 parcelas, com juros mensais de 1,82% a.m. Em 16/03/2020, em virtude da pandemia de COVID-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 10 e 11 deste empréstimo, postergando o seu pagamento em 3 meses. Em 30/06/2020, a Companhia adiantou o pagamento de 6 parcelas (a vencer em 22/07/2020 e mesmo dia dos meses subsequentes). Em 31/08/2020, a Companhia adiantou o pagamento de outras 3 parcelas (a vencer em 22/01/2021 e mesmo dia dos meses subsequentes). Por fim, em 18/12/2020 a Companhia adiantou o pagamento das parcelas remanescentes. Desta forma, em 2020 não havia mais saldo a pagar relacionado a este empréstimo. As movimentações dos empréstimos para os saldos na Controladora e no Consolidado em cada exercício foram as seguintes:

Controladora	2018		2019		2020
	Adições	Adições	Adições	Adições	
Banco Sicoob					
Saldo de 31/12/2018	554.156	-	-	-	554.156
Empréstimos obtidos	300.000	561.613	-	-	861.613
Amortização	(103.296)	(108.831)	-	-	(212.127)
Juros incorridos	28.296	221.972	-	-	250.268
Saldo de 31/12/2019	612.490	674.754	-	-	1.287.244
Empréstimos obtidos	300.000	464.368	330.000	280.056	1.374.424
Amortização	(349.205)	(674.754)	(114.114)	(73.211)	(811.877)
Juros incorridos	104.293	3.708	53.221	45.958	27.482
Saldo de 31/12/2020	667.578	468.076	269.107	252.802	1.447.563
Capital de Giro					
Saldo de 31/12/2018	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Juros incorridos	-	-	-	-	-
Saldo de 31/12/2019	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Juros incorridos	-	-	-	-	-
Saldo de 31/12/2020	-	-	-	-	-

Consolidado	2018		2019		2020
	Adições	Adições	Adições	Adições	
Bônus a Pagar					
Salários a pagar	22.836	13.358	30.915	26.375	53.181
Provisão de férias	42.544	15.240	60.261	36.556	104.561
INSS a recolher	10.913	96.629	14.887	100.728	126.644
FGTS a recolher	2.040	1.618	3.758	3.935	7.351
Pró-labore a pagar	2.849	14.035	20.229	30.401	53.485
Outras obrigações trabalhistas	9.926	15.097	24.467	27.209	71.709
	387.958	452.872	451.367	522.054	1.414.251

15. Obrigações fiscais e tributárias: Os saldos da rubrica "obrigações fiscais e tributárias" estão apresentados da seguinte forma:

Controladora	2020		2019		
	2020	2019	2020	2019	
Tributos a recolher	a)	350.128	232.794	455.825	320.296
IRPJ e CSLL	b)	163.397	118.836	580.647	208.491
COFINS a recolher	c)	103.521	231.888	118.056	238.776
PIS a recolher	d)	4.498	50.287	6.787	51.825
IRRF a recolher	e)	2.672	103.144	8.493	111.132
Outros tributos a recolher	f)	1.354	27.185	1.597	27.327
		625.570	763.934	1.171.405	957.847

Controladora	2020		2019		
	2020	2019	2020	2019	
Parcelamentos tributários					
ISS	a)	100.540	137.101	203.751	230.787
ISS Rio	b)	-	-	-	4.722
IRRF	c)	147.368	193.001	171.856	216.647
INSS	d)	197.298	254.933	230.423	274.549
COFINS 5856	e)	388.085	558.455	400.735	582.441
Parcelamento PIS, COFINS, IRPJ e CSLL PGFN	f)	-	-	41.982	52.701
PIS	g)	76.646	117.756	76.646	120.633
IRPJ RF	g)	-	-	71.423	92.614
RD DA	g)	-	-	86.755	110.038
PGFN DA	h)	50.400	61.092	310.445	374.193
PIS RF	h)	-	-	1.534	-
COFINS RF	h)	-	-	10.434	-
IRPJ RF	h)	-	-	37.396	-
CSLL	h)	-	-	15.019	-
PERT previdenciário	h)	-	-	171.427	163.425
INSS Consolidado	i)	68.813	-	68.813	-
PGFN jul/20	j)	309.826	-	309.826	-
PGFN fev/20	k)	156.947	-	156.947	-
PGFN nov/20	l)	37.099	-	37.099	-
Outros Parcelamentos	l)	-	-	78.273	103.862
		1.533.022	1.322.338	2.480.784	2.326.612
		2.158.592	2.086.272	3.652.189	3.284.459

Segregado em: Circulante 1.131.722 1.169.340 1.939.105 1.584.053 Não circulante 1.026.870 916.932 1.713.084 1.700.406

a) O aumento do saldo do ISS a recolher é devido a atualização da taxa SELIC em 2020. b) O aumento do saldo de IRPJ e CSLL a recolher é devido a atualização da taxa SELIC. c) Parcelamento de ISS assinado em 03/10/2019, dividido em 48 parcelas, sendo que 15 foram pagas em 2019 e 2020, restando 33 a em aberto em 2020. d) Neste saldo existem 3 parcelamentos de IRRF: i) Parcelamento IRRF assinado em 27/02/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 35 foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 25 em aberto em 2020. ii) Parcelamento IRRF assinado em 17/12/2018, dividido em 44 parcelas, sendo que 25 foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 19 em aberto em 2020. iii) Parcelamento Ordinário INSS assinado em 27/02/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 35 parcelas foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 25 em aberto em 2020. f) Neste saldo existem 4 parcelamentos de COFINS: i) Parcelamento COFINS assinado em 27/02/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 35 parcelas foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 25 parcelas em aberto em 2020. ii) Parcelamento COFINS assinado em 27/11/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 26 parcelas foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 34 parcelas em aberto em 2020. iii) Parcelamento COFINS assinado em 17/12/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 25 parcelas foram pagas em 2018, 2019 e 2020, restando 35 em aberto em 2020. iv) Parcelamentos COFINS assinado em 08/05/2019, dividido em 60 parcelas, sendo que 20 parcelas foram pagas em 2019 e 2020, restando 40 parcelas em aberto em 2020. g) Neste saldo existem 4 parcelamentos de PIS: i) Parcelamento PIS assinado em 27/02/2018, dividido em 60 parcelas, sendo que 35 parcelas

Publicidade Legal

continuação | Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. | CNPJ/MF nº 07.492.836/0001-08

lhões (R\$3,7 milhões no consolidado), endividamento com empréstimos de R\$1,6 milhão (R\$1,8 milhão no consolidado), redução significativa da receita operacional e do lucro na controladora e capital circulante líquido negativo em R\$709 mil (R\$1,3 milhão no consolidado). Estes dados financeiros indicam a existência de dívida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração monitora esses indicadores e, conforme descrito na Nota explicativa 18, ela informa que o resultado consolidado da Companhia demonstra recuperação da rentabilidade de seus negócios. Nesse sentido, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Companhia continuará em marcha e com a possibilidade de geração de resultados positivos futuros em montante necessário para pagar o seu endividamento, melhorar a sua estrutura de capital e manter a rentabilidade. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto. **Outro assunto:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 04/06/2020, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Admi-

nistração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quanto, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso,

pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do tempo da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houver. Belo Horizonte, 08/07/2021. **Teixeira & Associados Auditores Independentes - CRC MG 5.194, Adriano Rezende Thomé - Sócio e Diretor - Contador CRC MG-77.874-0/6.**

Electra Power Geração de Energia S/A

CNPJ/MF nº 07.356.196/0001-09

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado	
Ativo	Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	
	2020	2020	2019
Caixa e equivalentes	2.895	Obrigações tributárias	732
Contas a receber	445	Adiantamentos de clientes	6.401
Adiantamentos	222	Obrigações societárias	8.434
Tributos a recuperar	868	Contratos a pagar	580
Despesas antecipadas	305	Outros passivos	68
Outros ativos	1.311	Passivo circulante	26.094
Ativo circulante	6.046	Empréstimos e financiamentos	17.519
Contas a receber	31.291	Partes relacionadas	23.258
Adiantamentos	24	Obrigações tributárias	11.347
Ativo fiscal diferido	36.996	Adiantamentos de clientes	3.848
Partes relacionadas	12.702	Contratos a pagar	34.177
Depósitos restituíveis e valores vinculados	737	Provisões	12.123
Aplicações de liquidez não imediata	1.431	Outros passivos	13.569
Investimentos	54.019	Passivo não circulante	84.753
Imobilizado	335.129	Capital social	527.402
Intangível	44.672	Reserva de capital	15.831
Ativo não circulante	517.001	Reserva de lucros	11
Total do ativo	523.047	Resultados acumulados	(131.732)
Empréstimos e financiamentos	11.432	Patrimônio líquido	411.512
Fornecedores	725	Participação dos sócios não controladores	688
Salários a pagar	504	Total do patrimônio líquido dos sócios não controladores	8.398
		Total do passivo e patrimônio líquido	523.047
			526.769

Pedro Henrique David – Diretor Controladoria/ Administrativo
José Renato Artoli – Diretor Presidente
Jonatas Luis Brita da Silva – Contador CT – CRC 15P 213.574/O-8
Ivan Carlos Barros de Lima – Simionato Auditores Independentes
 Contador – CT – CRC 15P-173.757/O-7
 As demonstrações financeiras foram colocadas à disposição para consulta na sede da Companhia desde 12/03/2021

Fiorante Participações e Administração de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 20.611.853/0001-77 – NIRE 3522844286-8

Ata de Reunião de Sócio Quotistas

Data, Hora e Local: 12/05/2021, às 11:00, na Rua Helena, nº 285, sala 54, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: William Fiorante; Secretário: José Roberto Lourenço. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade: (i)** Aprovadas as contas dos administradores, os balanços patrimoniais e os resultados da Empresa, referentes aos exercícios de 2019 e 2020; **(ii)** Discutida a proposta de negócio jurídico a ser firmado pela sociedade, no interesse exclusivo dos sócios G.F Participações e Administração de Bens Ltda, José Roberto e Elaine Aparecida Lourenço, o sócio José Roberto explicou que eles não têm interesse em manter sua participação no projeto envolvendo a "Fazenda Alteza", de modo que defendem a aprovação do negócio jurídico encetado com Urbanizadora Sorocaba 132 SPE Ltda, Mavic Imóveis Ltda. e Jofier Imóveis Ltda. por meio do qual a Fiorante aliena 284.975 ações ordinárias nominativas na Real Elevadores Imobiliária S/A, correspondente à participação societária que é devida a si (José Roberto), a Elaine e G.F. O representante da M.L., William Fiorante, ressaltou que o negócio jurídico em debate não dispõe, em nenhuma hipótese, sobre a parcela da participação societária da Fiorante que é devida à M.L., ou seja, a aprovação do negócio está restrita apenas à alienação de 284.975 ações ordinárias nominativas que a Fiorante detém na Real Elevadores Imobiliária S/A, mantendo incólume a propriedade das 284.975 ações ordinárias nominativas remanescentes. Foi aprovado a celebração, pela sociedade, do negócio jurídico com Urbanizadora Sorocaba 132 SPE Ltda, Mavic Imóveis Ltda. e Jofier Imóveis Ltda, por meio do qual a sociedade aliena 284.975 ações ordinárias nominativas na Real Elevadores Imobiliária S/A, parcela que corresponde aos direitos que os sócios G.F Participações e Administração de Bens Ltda, José Roberto Lourenço e Elaine Aparecida Lourenço detêm na própria Fiorante, ficando ressalvado que: **1.** a sócia M.L. Participações e Administração de Bens Ltda. não participa de tal negócio e, por isso, a Fiorante não cedeu nenhum quinhão das suas 284.975 ações ordinárias nominativas remanescentes, mantendo inalterada sua participação nesse aspecto, determinando mantê-las até ulterior deliberação; **2.** a integralidade do produto do negócio jurídico (100%) aprovado será distribuída pela sociedade Fiorante aos sócios G.F Participações e Administração de Bens, José Roberto e Elaine à ordem dos seus percentuais no capital social, ou seja, 50% do total para G.F, 25% do total para José Roberto e 25% do total para Elaine; **3.** tendo em vista o quanto aprovado, bem como que os sócios G.F, José Roberto e Elaine estão cedendo, nos termos do instrumento, suas participações nos futuros e eventuais empreendimentos, bem como que a sócia M.L. não participou do sobredito negócio, não cedendo nenhum quinhão de sua participação, eventual lucro ou prejuízo futuro sobre os empreendimentos que porventura venham a ser implantados na "Fazenda Alteza" pertencente única e exclusivamente à sócia M.L. ou a sócio que venha a substituí-la; **4.** eventual incidência tributária que venha a ser devida pela sociedade Fiorante será integralmente suportada pelos sócios G.F, José Roberto e Elaine, únicos beneficiários da alienação aprovada; **5.** o negócio jurídico aprovado e celebrado pela Fiorante não abrange nenhuma das suas 3.600 ações preferenciais na companhia Real Elevadores Imobiliária S/A., daí porque fica reconhecido que os dividendos que porventura venham a ser pagos em decorrência da propriedade dessas ações, nos termos dos atos societários celebrados, deverá ser dividido entre M.L., G.F., José Roberto e Elaine à ordem de suas participações originárias, ou seja, 50% para M.L., 25% para G.F., 12,5% para José Roberto e 12,5% para Elaine. **(iii)** Ficou deliberado que, com a concretização da alienação autorizada, será procedida à alteração do contrato social para que reflita o negócio jurídico que será celebrado. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos. São Paulo, 12/05/2021. Assinaturas: **Mesa:** William Fiorante: Presidente; José Roberto Lourenço: Secretário. **Sócios:** G.F Participações e Administração de Bens Ltda, José Roberto Lourenço, Elaine Aparecida Lourenço, M.L. Participações e Administração de Bens Ltda. Administrador Não sócio: William Fiorante. JUCESP – Registrado sob o nº 272.626/21-1 em 25/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Kelsen Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.276.994/0001-15 – NIRE 35.300.389.964

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 11h00 (onze horas), na sede da Companhia situada na Calçada dos Crisântemos, nº 10, térreo, sala 01, Centro Comercial Alphaville, Barueri-SP, CEP: 06453-008. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos Acionistas, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença. **Composição da mesa:** Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, como Presidente e Thiago da Silva Rodrigues dos Santos, como Secretário. **Ordem do dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2020; b) Eleição dos membros da diretoria; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** posta em votação a matéria contida no item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2020, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil" na edição de 23/03/2021. Passando ao item "b" da ordem do dia, foram reeleitos para compor a Diretoria da Sociedade, com mandato de 1 (um) ano, ratificando-se todos os atos anteriores praticados até a presente data, os seguintes membros: **Diretora Presidente:** Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 29.247.901-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 221.431.138-62; e **Diretor sem designação específica:** Thiago da Silva Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 29.247.900-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 220.891.048-64, ambos residentes e domiciliados na Rua José Maria Lisboa, nº 696, apto. 82, Jardim Paulista, São Paulo-SP, CEP: 01423-000. Os Diretores ora eleitos foram declarados desde logo empossados, após o cumprimento das formalidades legais, tendo declarado, sob as penas da lei, que não foram condenados por crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente certidão, a fé pública ou a propriedade. Por fim, quanto ao item "c" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da lei 6.404/76. **Observações finais:** 1) Quórum das deliberações: todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. 2) Ficam arquivados na

Negócios

WIN, a tacada do BTG no futebol



A holding que controla o BTG Pactual e o empresário Claudio Pracownik estão se unindo para criar uma empresa de negócios e gestão financeira com foco no futebol e e-sports.

Claudio já conhece o gramado. Ex-sócio do BTG e da Genial Investimentos, ele foi CFO do Flamengo e fez parte da equipe que conduziu o turnaround épico do clube (mais difícil que a Libertadores).

O executivo será o CEO da nova empresa, batizada de Win the Game (WIN). A holding do BTG terá 50% da WIN, e Claudio, outros 50%.

“Nosso negócio é monetizar a paixão que o futebol desperta. É transformar torcedores e fãs em consumidores

e tornar essa paixão rentável para os clubes,” o flamenguista roxo disse ao Brazil Journal, prometendo ser agnóstico ao lidar com outros times.

Enquanto os sócios do BTG terão equity na empresa, os negócios gerados por ela beneficiarão prioritariamente o BTG, que desenvolverá as soluções e os produtos financeiros para os clientes da WIN.

A WIN terá quatro pilares de atuação. O primeiro é originar oportunidades no ecossistema do esporte que se convertam em negócios para o wealth management e o investment banking do BTG, que vai comissioná-la por isso.

Estes serviços incluem desde a gestão patrimonial de atletas e jogadores até o

planejamento sucessório, passando pelo valuation de ativos, operações de câmbio, e até a venda de energia para centros de treinamento, estádios e casas de espetáculo.

O BTG já vinha fazendo operações no mundo do esporte, boa parte deles em parceria com Claudio.

Foi ele que originou o acordo operacional do banco com a Top Soccer, uma empresa que cuida do planejamento patrimonial, tributário e sucessório de jogadores de futebol e atletas. O banco de André Esteves também assessorou a venda do Orlando City, o time de futebol da Flórida que pertencia ao empresário Flávio Augusto.

Brazil Journal

Arcor: com receita de R\$ 1,3 bi no Brasil, CEO aposta em mais inovação

Na pandemia da covid-19 os alimentos passaram a ter também a função de prazer e alívio. Neste contexto, ao menos 7% dos brasileiros afirmam comer mais doces do que antes, e 63% deles consomem doces duas vezes ou mais na semana, segundo a ConVid – Pesquisa de Comportamento, feito pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), em parceria com a UFMG e Unicamp.

Para as marcas, há o contínuo desafio de estar entre as preferidas, além de atender as ocasiões de compra, marcando presença também online. De olho nisso, a fabricante de alimentos Arcor, dona de marcas como Tortugueta e 7 Belo anuncia planos de inovação e expansão. A empresa Argentina investe 80 milhões

de reais na operação brasileira, especialmente nas frentes de marketing e e-commerce e espera crescer 20%.

“O crescimento constante faz parte do DNA da companhia, que busca se tornar mais competitiva com a modernização de suas plantas, ampliação de capacidade e inovação. Completa 70 anos no mundo e 40 anos no Brasil ao acreditar no potencial de momentos como este, no qual apostamos na retomada rápida da economia nos próximos semestres”, diz Luis Alejandro Pagani, presidente global da Arcor.

Este ano estamos investindo no Brasil mais de 20 milhões de reais em nossas unidades fabris, aumentando capacidade, modernizando processos e trazendo novas linhas de produtos.

Exame



Via Varejo quer encerrar 2021 com 120 novas lojas físicas



Via Varejo anuncia que pretende chegar até o fim de 2021 com cerca de 120 novas lojas físicas, média de 20 inaugurações por mês até novembro.

Em comunicado ao mercado nesta quarta-feira, 21, com alguns números e projeções, a companhia diz que destas novas lojas, 90 estarão nas regiões Norte e Nordeste, e apenas no Pará, onde possui cerca de 2,6 milhões de metros quadrados de lojas, a previsão é inaugurar 50 nos próximos dois meses, das quais 48 já com locações contratadas.

Para o Sul serão 19 novas lojas, 12 no Centro-Oeste e sete no Sudeste, com destaque para a loja conceito da

Casas Bahia em São Paulo no segundo semestre. Consta ainda que a varejista conta com 55 mil lojistas no marketplace da Via, ante 26 mil em março. A previsão é somar 70 mil a 90 mil lojistas até o final de 2021.

A venda total online, da própria empresa e dos lojistas no marketplace teve de janeiro a março alta de 123%, ainda segundo o comunicado, ao passo que nas lojas físicas caiu 9,6% em comparação ao mesmo período de 2020. O resultado do segundo trimestre representou crescimento substancial, em cima de uma alta base do e-commerce”, diz o informe, “completando que nos próximos trimestres,

o cliente ainda estará voltando para loja”.

“O tráfego de loja ainda não é o mesmo, mas espera-se que a conversão em vendas seja mais alta. Espera-se que o terceiro trimestre seja forte em comparação com o mesmo período de 2019, período pré-pandemia.”

A Via informa também que os pedidos de Black Friday e Natal já foram colocados para a indústria, “equivalentes a cerca de 40% a 45% a produção, a depender da indústria e do produto.” Outro dado apresentado é sobre carnes, que representaram cerca de 13% das vendas no primeiro trimestre, ante 11% no mesmo período do ano anterior.

Estado SP